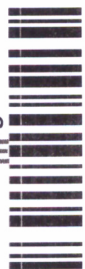




ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 842

Data: 22/03/2018 Horário: 16:29

Legislativo -

PROJETO DE LEI N.º _____, de 21 de Março de 2018.

Institui a obrigatoriedade das instituições financeiras e/ou creditícias de disponibilizarem em agências, postos de atendimento ou assemelhados, situados (as) no Estado de Alagoas, todas as informações comerciais e contratuais do segmento em formato acessível, através de plataformas de conversão de conteúdos digitais em tempo real, e adota outras providências.

Artigo 1º - Institui a obrigatoriedade para instituições, cooperativas ou empresas que atuem no mercado financeiro situadas no Estado de Alagoas, que tenham entre suas atividades a concessão de crédito consignado, de terem em suas agências bancárias, postos de atendimento bancário, escritórios de representação, e assemelhados, a terem em suas dependências plataformas digitais de conversão de arquivos digitais para áudio e braile, a fim de tornar acessíveis nos respectivos formatos documentos, contratos, normativos, peças publicitárias, entre outros meios de comunicação escrita.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

§ 1º - Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, possibilitando a leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, e impressão dinâmica em Braile.

§ 2º - Para que os conteúdos digitais sejam convertidos para áudio e braile, devem ser utilizadas plataformas e aparelhos habilitados para transcrever textos para o sistema braile de escrita e leitura, como também, além de softwares específicos para conversão de *text to speech* (texto para fala).

§ 3º - As plataformas digitais mencionadas no caput deste, serão obrigatórias no prazo: de 6 (seis) meses nos municípios com mais de 100.000 (cem mil habitantes) e no prazo de 12 (doze) meses nos demais municípios do território do Estado de Alagoas, a contar da vigência desta lei.

Artigo 2º - Toda pessoa com deficiência visual, baixa visão, com grave redução da acuidade visual, idosos, ou ainda, pessoa com deficiência auditiva, tem direito à igualdade no acesso de meios acessíveis de informações comerciais necessárias para o pleno entendimento e compreensão de seus direitos e deveres no relacionamento com instituições financeiras, cooperativas de crédito e empresas que tenham entre suas atividades a concessão de crédito consignado no Estado de Alagoas, não podendo sofrer discriminação ou constrangimento pela ausência de meios habilitados para permitir essa comunicação.

Parágrafo único - Considera-se discriminação ou constrangimento todo e qualquer sofrimento decorrido, por ação ou omissão, da falta de meios de comunicação acessíveis que tragam prejuízo ou ainda, venham a impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos de compreensão ou entendimento dos direitos e deveres da pessoa com deficiência no relacionamento com instituições financeiras, cooperativas de crédito e empresas que tenham entre suas atividades a

PALÁCIO TAVARES BASTOS
Praça D. Pedro II, s/n, Centro, CEP 57.020-908, Maceió – Alagoas.



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE**

concessão de crédito consignado, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Artigo 3º - Toda pessoa com deficiência visual, baixa visão, com grave redução da acuidade visual, idosos, ou ainda, pessoa com deficiência auditiva, tem direito à igualdade no acesso de meios acessíveis de informações comerciais necessárias para o pleno entendimento e compreensão de seus direitos e deveres no relacionamento com instituições bancárias, cooperativas de crédito e empresas que tenham entre suas atividades a concessão de crédito consignado no território do Estado de Alagoas, não podendo sofrer discriminação ou constrangimento pela ausência de meios habilitados para permitir essa comunicação;

Artigo 4º - Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso pleno à informação, seja como cliente ou testemunha.

Parágrafo único. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos contratuais de seu interesse.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL.

AUTOR: DEPUTADO TARCIZO SAMPAIO FREIRE



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE**

JUSTIFICATIVA

A população brasileira conta com mais de 205 milhões de pessoas. Neste universo, abordar o tema Acessibilidade e Deficiência não é tarefa das mais simples. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, existem 45,6 milhões de pessoas com deficiência, e destes, 35 milhões tem alguma forma de deficiência visual, que em seu grau severo (cegos ou pessoas com visão gravemente comprometida) totaliza 6.562.910 pessoas. É neste universo que encontramos aproximadamente 25.000 pessoas com deficiência visual que usam serviços bancários ou financeiros.

Acessibilidade incide na possibilidade de acesso a um estabelecimento ou conjunto de lugares. Ainda que as máquinas de auto atendimento estejam acessíveis e as barreiras arquitetônicas diminuídas, os clientes com deficiência visual não tem pleno acesso e conhecimento das informações bancárias, em um contexto maior. Um problema grave que os clientes com deficiência visual enfrentam é a indisponibilidade plena e irrestrita de informações acerca de produtos oferecidos.

É conhecido o fato de que Tecnologias Assistivas ampliam as possibilidades de comunicação e de emancipação pessoal, minimizando ou compensando as restrições decorrentes da falta da visão. Sem tais ferramentas, o desempenho intelectual e profissional de indivíduos portadores de baixa visão ou ausência total são seriamente comprometidos e circunscritos a um contexto de limitações – culturais e

PALÁCIO TAVARES BASTOS
Praça D. Pedro II, s/n, Centro, CEP 57.020-908, Maceió – Alagoas.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

socioeconômicas – e impossibilidades. Neste sentido, a apropriação de recursos tecnológicos modifica significativamente as relações humanas e interações sociais ao inovar hábitos e atitudes em relação à educação, ao lazer e ao trabalho, à vida familiar e comunitária.

Entretanto, ainda que as pessoas com diferentes tipos de deficiência possam abrir e movimentar contas bancárias, seu acesso é limitado aos serviços financeiros, tendo em vista as dificuldades no acesso ao conhecimento de serviços financeiros, e da inacessibilidade de dados concernentes aos produtos existentes nas instituições financeiras. Além do acanhamento e de se sentirem diminuídos em sua condição de cidadãos, esse ato causa ainda mais isolamento, reduzindo a participação efetiva e fechando portas aos demais serviços bancários, serviços de crédito, ações, seguros e outros produtos oferecidos pelo segmento bancário. Um exemplo de situação vexatória cotidiana, na opinião de diversos deficientes, é o momento de contratação de empréstimos ou operações financeiras. Os contratos têm que ser lidos por um gerente ou funcionário encarregado de tal atividade, na presença de duas testemunhas, o que causa profundo constrangimento e uma exposição desnecessária à pessoa com deficiência.

Dentre as soluções em acessibilidade para deficientes visuais existentes no seguimento bancário e creditício, os locais mais evidentes são as máquinas de auto-atendimento, através de áudiodescrição do menu para o usuário. No entanto, ter apenas este ponto como referência não é suficiente para atender as demandas



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

existentes, uma vez que a inexistência de demais informações comerciais e contratuais acessíveis isolam ainda mais o cliente com deficiência visual, trazendo prejuízos, inclusive, para o relacionamento entre o cliente e a instituição.

Vale salientar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, que entrou em vigor em 07/01/2016, alterando a Lei 10.098/00 ao incluir de forma expressa a definição de que “barreiras nas comunicações e na informação, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”.

Neste contexto, devemos implantar nas agências bancárias e instituições creditícias plataformas digitais de conversão de conteúdo em tempo real, de forma que esse conteúdo fique acessível em áudio e braile, por entendermos que as instituições devem exercer seu papel social, e atender as especificidades deste público de acordo com suas necessidades, de maneira adequada. Desta forma, suprir tais lacunas no atendimento é proporcionar para a sociedade, aos usuários e às instituições maiores possibilidades de comunicação, interação, a fim de dar maior autonomia a estas pessoas, transpondo barreiras históricas através das inovações tecnológicas.

Nossa iniciativa propõe que as instituições financeiras e assemelhados, situadas no território do Estado de Alagoas, devam acessibilizar aos cidadãos e clientes com deficiência visual a leitura em braile seus documentos, contratos, normativos e afins, naquilo que versa sobre a adequação do ambiente bancário e a apropriação dos

PALÁCIO TAVARES BASTOS
Praça D. Pedro II, s/n, Centro, CEP 57.020-908, Maceió – Alagoas.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

direitos de ciência dos mais diversos documentos. Assim, a apropriação de recursos tecnológicos no cotidiano destas pessoas no segmento bancário será capaz de melhorar significativamente a relação entre as pessoas com deficiência e as instituições bancárias, agregando valor às interações e as condutas sociais ao inovar hábitos e atitudes em relação à cidadania, ao trabalho e à vida comunitária.

Pelas razões elencadas, entendo ser oportuna a apresentação deste projeto de lei para que se constituía no âmbito estadual.

Sala das Sessões, em 21/03/2018


Autor: Dep. Est. TARCIZO SAMPAIO FREIRE
PARLAMENTAR (PP/AL)